

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.763.110
Preferenciais	0
Total	4.763.110
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	3.689.528	3.490.161
1.01	Ativo Circulante	274.893	231.238
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	114.713	158.411
1.01.02	Aplicações Financeiras	108.435	28.655
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	108.435	28.655
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	108.435	28.655
1.01.03	Contas a Receber	50.194	41.596
1.01.03.01	Clientes	48.836	40.208
1.01.03.01.01	Contas a Receber	48.836	40.208
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.358	1.388
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	1.358	1.388
1.01.06	Tributos a Recuperar	747	511
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	747	511
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	747	511
1.01.07	Despesas Antecipadas	534	1.888
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	534	1.888
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	270	177
1.01.08.03	Outros	270	177
1.01.08.03.02	Outros Créditos	270	177
1.02	Ativo Não Circulante	3.414.635	3.258.923
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.018.182	1.891.650
1.02.01.04	Contas a Receber	68	44
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	68	44
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	349	400
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.900.653	1.793.233
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	1.900.653	1.793.233
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	117.112	97.973
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	69	69
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	117.043	97.904
1.02.03	Imobilizado	39.432	37.210
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.063	6.831
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	32.369	30.379
1.02.04	Intangível	1.357.021	1.330.063
1.02.04.01	Intangíveis	1.357.021	1.330.063
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.273.057	1.290.761
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	83.964	39.302

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	3.689.528	3.490.161
2.01	Passivo Circulante	340.008	321.762
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.668	8.139
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.668	8.139
2.01.02	Fornecedores	31.396	24.785
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31.396	24.785
2.01.03	Obrigações Fiscais	42.680	32.360
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.680	32.360
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	30.412	21.527
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	12.268	10.833
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.877	11.895
2.01.04.02	Debêntures	13.877	11.895
2.01.05	Outras Obrigações	41.453	31.968
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.273	4.758
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.273	4.758
2.01.05.02	Outros	35.180	27.210
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.044	8.164
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	10.856	8.441
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.471	2.388
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	1.314	1.224
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	4.495	6.993
2.01.06	Provisões	203.934	212.615
2.01.06.02	Outras Provisões	203.934	212.615
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	203.934	212.615
2.02	Passivo Não Circulante	3.041.161	2.907.112
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.542.544	2.460.030
2.02.01.02	Debêntures	2.542.544	2.460.030
2.02.02	Outras Obrigações	31.702	26.859
2.02.02.02	Outros	31.702	26.859
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	31.702	26.859
2.02.03	Tributos Diferidos	67.493	103.224
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67.493	103.224
2.02.04	Provisões	399.422	316.999
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.066	6.830
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	7.066	6.830
2.02.04.02	Outras Provisões	392.356	310.169
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	392.356	310.169
2.03	Patrimônio Líquido	308.359	261.287
2.03.01	Capital Social Realizado	129.625	129.625
2.03.04	Reservas de Lucros	178.734	131.662
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	178.734	131.662

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	229.472	429.524	196.652	1.240.461
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	185.219	359.305	176.356	1.215.843
3.01.02	Receita de serviços de construção	44.253	70.219	20.296	24.618
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-127.918	-278.656	-94.838	-666.176
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-83.665	-208.437	-74.542	-641.558
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-44.253	-70.219	-20.296	-24.618
3.03	Resultado Bruto	101.554	150.868	101.814	574.285
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.632	-18.145	-8.269	-21.071
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.772	-18.374	-8.347	-21.225
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-9.772	-18.374	-8.347	-21.225
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	140	229	78	154
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	91.922	132.723	93.545	553.214
3.06	Resultado Financeiro	-10.351	-52.512	-9.245	-19.537
3.06.01	Receitas Financeiras	75.385	140.945	39.803	73.262
3.06.01.01	Receitas Financeiras	75.385	140.945	39.803	73.262
3.06.02	Despesas Financeiras	-85.736	-193.457	-49.048	-92.799
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-85.736	-193.457	-49.048	-92.799
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	81.571	80.211	84.300	533.677
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.977	-22.692	-27.018	-177.905
3.08.01	Corrente	-34.797	-58.423	-39.887	-69.058
3.08.02	Diferido	9.820	35.731	12.869	-108.847
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	56.594	57.519	57.282	355.772
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	56.594	57.519	57.282	355.772
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	11,882	12,0762	12,0265	74,6949

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	56.594	57.519	57.282	355.772
4.03	Resultado Abrangente do Período	56.594	57.519	57.282	355.772

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	190.080	66.133
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	257.774	222.699
6.01.01.01	Lucro líquido do período	57.519	355.772
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	49.983	40.585
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-35.731	108.847
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre mútuos e debentures privadas	-126.558	-64.261
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	165.339	71.894
6.01.01.13	Receita de Reequilíbrio	0	-877.955
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	22.692	17.227
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	1.268	6.591
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios.	201	160
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	123.061	563.839
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-67.694	-156.566
6.01.02.01	Contas a receber	-8.652	-8.198
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	30	-17
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.405	-103
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-19.375	-10.065
6.01.02.06	Outros créditos	-93	505
6.01.02.07	Depósitos judiciais	0	-7
6.01.02.09	Fornecedores	63	1.158
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	1.297	-3.832
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-264	-44
6.01.02.12	Obrigações sociais	-1.471	-252
6.01.02.13	Obrigações fiscais	76.057	78.021
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-47.899	-60.291
6.01.02.15	Credores pela concessão e taxa de fiscalização	90	99
6.01.02.16	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-1.233	-9.706
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-70.250	-40.904
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	3.518	-102.938
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-917	8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-143.738	-261.655
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-959	-371
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-62.999	-32.497
6.02.10	Aplicação Financeira	-79.780	-228.787
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-90.040	626.463
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-5.679	-3.409
6.03.10	Liberação de empréstimos empresas ligadas	0	-700.000
6.03.14	Emissão de debêntures	0	3.600.000
6.03.15	Pagamentos debêntures - principal / juros	-84.361	-2.270.128
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-43.698	430.941
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	158.411	75.091
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	114.713	506.032

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	131.662	0	0	261.287
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	131.662	0	0	261.287
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-10.447	0	-10.447
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.447	0	-10.447
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.519	0	57.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.519	0	57.519
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	129.625	0	131.662	47.072	0	308.359

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	191.087	0	0	320.712
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	191.087	0	0	320.712
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-10.077	0	-10.077
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.077	0	-10.077
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	355.772	0	355.772
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	355.772	0	355.772
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	129.625	0	191.087	345.695	0	666.407

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	463.454	1.272.318
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	385.988	362.754
7.01.02	Outras Receitas	77.466	909.564
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	70.219	24.618
7.01.02.02	Outras receitas	7.247	6.991
7.01.02.04	Receita de Reequilíbrio	0	877.955
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-221.933	-625.684
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.961	-13.377
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.502	-7.405
7.02.04	Outros	-204.470	-604.902
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-70.219	-24.618
7.02.04.02	Custos da Concessão	-9.243	-8.891
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-123.061	-563.839
7.02.04.04	Outros	-1.947	-7.554
7.03	Valor Adicionado Bruto	241.521	646.634
7.04	Retenções	-49.983	-40.585
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.983	-40.585
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	191.538	606.049
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	140.945	73.262
7.06.02	Receitas Financeiras	140.945	73.262
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	332.483	679.311
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	332.483	679.311
7.08.01	Pessoal	25.040	21.080
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.743	16.286
7.08.01.02	Benefícios	4.278	3.770
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.019	1.024
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	56.477	209.659
7.08.02.01	Federais	37.100	191.462
7.08.02.02	Estaduais	1	2
7.08.02.03	Municipais	19.376	18.195
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	193.447	92.800
7.08.03.01	Juros	165.339	71.894
7.08.03.02	Aluguéis	55	69
7.08.03.03	Outras	28.053	20.837
7.08.03.03.04	Outras	28.053	20.837
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	57.519	355.772
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.447	10.077
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	47.072	345.695

Comentário do Desempenho



RELEASE DE RESULTADOS 2T25

Comentário do Desempenho



São Paulo, 14 de agosto de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Companhia” ou “Intervias”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao segundo trimestre de 2025 (“2T25”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

INTRODUÇÃO

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Companhia” ou “Intervias”), controlada integralmente pela Arteris S.A., opera desde 2.000 380,3 km de rodovias no interior do Estado de São Paulo, abrangendo trechos como a Via Anhanguera (SP-330), Engenheiro João Tosello (SP-147), Wilson Finardi (SP-191), Doutor Paulo Lauro (SP-215), Comendador Virgolino de Oliveira (SP-352), Anel Viário Prefeito Jamil Bacar (SP-157) e Contorno Gilberto Silva Telles (SPI 165/330). A concessão cobre 19 municípios da região Centro-Norte paulista, com população estimada em 2 milhões de habitantes, PIB per capita superior à média nacional e forte vocação econômica voltada ao agronegócio, cerâmica, citricultura e serviços. A malha, que registra tráfego relevante (cerca de 64% veículos pesados e 36% veículos leves), é estratégica para o escoamento de produção ao Porto de Santos e para a conexão com estados vizinhos como Minas Gerais. A Companhia opera 9 praças de pedágio. Em janeiro de 2024, foi celebrado com o Estado de São Paulo e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024, que confirmou o prazo contratual e estendeu a vigência da concessão até 31 de dezembro de 2039.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **0,2%** no tráfego no 2T25, com **19,8 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **64,0%** do tráfego representado por veículos pesados e **36,0%** por veículos leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 199,0 milhões** no 2T25, com crescimento de **5,0%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 158,8 milhões** com margem de **85,7%** no 2T25.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Total	19.800	19.768	0,2%	38.367	37.777	1,6%
Leves	7.124	6.798	4,8%	13.903	13.465	3,3%
Pesados	12.677	12.970	(2,3%)	24.464	24.313	0,6%

No 2T25, o tráfego pedagiado somou 19,8 milhões de veículos equivalentes, crescimento de 0,2% em relação ao 2T24, com mix de 64% de pesados (-2,3%) e 36% de leves (+4,8%). O recuo dos pesados reflete o clima atípico (chuvas e frio), que reduziu colheitas de milho, café e cana-de-açúcar, impactando exportações e importações. O desempenho positivo dos leves foi favorecido por feriados prolongados, como 1º de maio e Corpus Christi.

No 1S25, o tráfego totalizou 38,4 milhões de veículos equivalentes, alta de 1,6% em relação ao 1S24, com crescimento de 3,3% nos pesados e 0,6% nos leves. O avanço dos pesados decorreu do aumento das importações, que seguem em alta desde 2024, e do impacto positivo da cobrança do eixo suspenso carregado (vigente desde fevereiro/24). Já os leves foram beneficiados por eventos regionais e feriados prolongados.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Tarifa Média	10,05	9,59	4,8%	10,06	9,60	4,8%

No 2T25, a tarifa média da Intervias foi de R\$10,05, representando crescimento de 4,8% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, a tarifa média foi de R\$10,06, também com alta de 4,8% frente ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete o reajuste anual aplicado em julho de 2024, com base no IPCA acumulado no período.

O ajuste tarifário das praças de pedágio da Intervias sempre ocorre no dia 01 de julho.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Receita Bruta	246.844	213.220	15,8%	463.225	394.209	17,5%
Receitas de pedágio	198.973	189.578	5,0%	385.988	362.754	6,4%
Receitas de construção	44.253	20.296	118,0%	70.219	24.618	185,2%
Outras Receitas	3.618	3.346	8,1%	7.018	6.837	2,6%
Deduções	(17.372)	(16.568)	4,9%	(33.701)	(31.703)	6,3%
Receita Operacional Líquida	229.472	196.652	16,7%	429.524	362.506	18,5%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	185.219	176.356	5,0%	359.305	337.888	6,3%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia atingiu R\$ 199,0 milhões no 2T25, crescimento de 5,0% frente ao 2T24, impulsionada pelo aumento do volume de tráfego e pelo reajuste tarifário baseado na inflação. No 1S25, a receita acumulada foi de R\$ 386,0 milhões, alta de 6,4% sobre o 1S24.

Receitas de Construção

No 2T25, a receita contábil com construção totalizou R\$ 44,3 milhões, representando um incremento de R\$ 24,0 milhões em relação ao 2T24. No 1S25, o valor acumulado foi de R\$ 70,2 milhões, com variação de R\$ 45,5 milhões frente ao mesmo período do ano anterior. Essa linha não possui efeito caixa, sendo integralmente compensada pelo custo dos serviços de construção.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 3,6 milhões no 2T25, alta de 8,1% em relação ao 2T24, impulsionadas por reajustes contratuais e maior realização de receitas com cabos ópticos/metálicos e oleodutos/gasodutos. No 1S25, o acumulado foi de R\$ 7,0 milhões, crescimento de 2,6% frente ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(26.410)	(27.084)	(2,5%)	(53.538)	(58.205)	(8,0%)
Pessoal	(12.462)	(11.021)	13,1%	(25.039)	(21.081)	18,8%
Conservação	(2.301)	(3.881)	(40,7%)	(5.060)	(8.147)	(37,9%)
Serviços de terceiros	(3.132)	(3.458)	(9,4%)	(6.366)	(6.763)	(5,9%)
Seguros e garantias	(837)	(884)	(5,3%)	(1.679)	(1.761)	(4,7%)
Custos com Poder Concedente	(3.897)	(3.682)	5,8%	(7.586)	(7.144)	6,2%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(712)	(589)	20,9%	(1.268)	(6.591)	(80,8%)
Outros	(3.069)	(3.569)	(14,0%)	(6.540)	(6.718)	(2,6%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(111.140)	(76.023)	46,2%	(243.263)	(629.042)	(61,3%)
Custo dos serviços de construção	(44.253)	(20.296)	118,0%	(70.219)	(24.618)	185,2%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(41.804)	(32.963)	26,8%	(123.061)	(563.839)	(78,2%)
Depreciação e Amortização	(25.083)	(22.764)	10,2%	(49.983)	(40.585)	23,2%
Custos e Despesas Operacionais	(137.550)	(103.107)	33,4%	(296.801)	(687.247)	(56,8%)

No 2T25, os custos e despesas operacionais totais somaram R\$ 137,5 milhões, alta de 33,4% em relação ao 2T24, impulsionados principalmente pelo custo dos serviços de construção, item contábil sem efeito caixa que se contrapõe à linha de Receita de Construção. No 1S25, o total foi de R\$296,8 milhões, queda de 56,8% frente ao mesmo período de 2024, reflexo da menor provisão para manutenção.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa — como custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização — os custos e despesas operacionais com impacto caixa totalizaram R\$ 26,4 milhões no 2T25, redução de 2,5% em relação ao 2T24. No acumulado do semestre, o valor foi de R\$53,5 milhões, queda de 8,0% frente ao 1S24.

Essas reduções refletem principalmente:

- Menores gastos com conservação: queda de 40,7% no trimestre e 37,9% no semestre, em função de menor necessidade de intervenções operacionais no período.
- Redução em serviços de terceiros: retração de 9,4% no trimestre, refletindo maior eficiência contratual e menor volume de serviços demandados.
- Estabilidade nos custos com seguros, garantias e outros itens operacionais, com variações marginais.

Por outro lado, houve aumento nas despesas com pessoal, de 13,1% no trimestre e 18,8% no semestre, associado a reajustes salariais, contratações e encargos.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	56.594	57.282	(1,2%)	57.519	(522.183)	(111,0%)
(+) Depreciação e Amortização	25.083	22.764	10,2%	49.983	40.585	23,2%
(+) Resultado Financeiro	10.351	9.245	12,0%	52.512	19.537	168,8%
(+) IR e CSLL	24.977	27.018	(7,6%)	22.692	177.905	(87,2%)
EBITDA¹	117.005	116.309	0,6%	182.706	(284.156)	(164,3%)
Margem EBITDA ²	63,2%	66,0%	(2,8 p.p.)	50,8%	(84,1%)	134,9 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	41.804	32.963	26,8%	123.061	563.839	(78,2%)
EBITDA Ajustado³	158.809	149.272	6,4%	305.767	279.683	9,3%
Margem EBITDA Ajustada	85,7%	84,6%	1,1 p.p.	85,1%	82,8%	2,3 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R\$ 158,8 milhões no 2T25, crescimento de 6,4% em relação ao 2T24, com margem de 85,7% (+1,1 p.p.). No acumulado do 1S25, o EBITDA Ajustado foi de R\$305,8 milhões, alta de 9,3% frente ao 1S24, com expansão de 2,3 p.p. na margem, atingindo 85,1%.

O desempenho reflete o crescimento das Receitas Operacionais, especialmente da Receita de Pedágio, impulsionada pelo reajuste tarifário anual com base no IPCA. As receitas acessórias também contribuíram positivamente, com avanço de 8,1% no trimestre, decorrente de reajustes contratuais e maior realização de receitas com infraestrutura de telecomunicações e dutos.

Apesar do aumento contábil nos custos de construção — sem efeito caixa — e da elevação na provisão para manutenção de rodovias (+26,8% no trimestre), a Companhia manteve sólida geração operacional, evidenciada pela expansão do EBITDA Ajustado. O EBITDA contábil foi de R\$ 117,0 milhões no 2T25, estável em relação ao 2T24 (+0,6%), impactado por variações pontuais em IR/CSLL e resultado financeiro.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Depreciação e Amortização	25.083	22.764	10,2%	49.983	40.585	23,2%

A linha de Depreciação e Amortização totalizou R\$ 25,1 milhões no 2T25, crescimento de 10,2% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 50,0 milhões, alta de 23,2% frente ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete a ampliação da base de ativos e o avanço dos investimentos realizados pela Companhia, em linha com a execução do plano de manutenção e modernização da infraestrutura rodoviária.

Comentário do Desempenho



Intervias

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Financeiro	(10.351)	(9.245)	12,0%	(52.512)	(19.537)	168,8%
Receitas financeiras	75.385	39.803	89,4%	140.945	73.262	92,4%
Despesas financeiras	(85.736)	(49.048)	74,8%	(193.457)	(92.799)	108,5%

O resultado financeiro líquido foi de uma despesa financeira de R\$ 10,4 milhões no 2T25, representando aumento de 12,0% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, totalizou R\$52,5 milhões, incremento de R\$ 33 milhões frente ao 1S24. Esse avanço está diretamente relacionado à captação de R\$ 2.500 milhões realizada em maio de 2024, que ampliou o saldo de dívida da Companhia. Adicionalmente, como a dívida é majoritariamente indexada ao IPCA, o aumento da inflação no período contribuiu para a elevação dos encargos financeiros, pressionando o resultado da linha e superando o avanço das receitas financeiras, que atingiram R\$75,4 milhões (+89,4%), impulsionadas por maiores saldos de caixa e rendimentos de aplicações.

IR e CSLL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
IR e CSLL	(24.977)	(27.018)	(7,6%)	(22.692)	(177.905)	(87,2%)
Corrente	(34.797)	(39.887)	(12,8%)	(58.423)	(69.058)	(15,4%)
Diferido	9.820	12.869	(23,7%)	35.731	(108.847)	(132,8%)

No 2T25, a Intervias registrou despesa com IR e CSLL de R\$ 25,0 milhões, redução de 7,6% em relação ao 2T24, refletindo menor lucro tributável no período. No acumulado do 1S25, a despesa foi de R\$ 22,7 milhões, queda de 87,2% frente ao 1S24. Essa variação é explicada, principalmente, por um efeito extraordinário ocorrido no 1S24, relacionado ao Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024, que impactou significativamente a base de cálculo dos tributos naquele período. Além disso, a melhora no resultado financeiro e o aumento do crédito fiscal diferido também contribuíram para a redução da carga tributária no semestre.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Líquido	56.594	57.282	(1,2%)	57.519	355.772	(83,8%)

O Resultado Líquido da Companhia foi de R\$ 56,6 milhões no 2T25, leve redução de 1,2% em relação ao 2T24. O desempenho está associado à estabilidade do EBITDA no período, combinada ao aumento das despesas financeiras e à manutenção da carga tributária, ainda que com leve redução. Esses efeitos compensaram parcialmente o crescimento das receitas operacionais e a expansão do EBITDA.

No acumulado do 1S25, o lucro líquido foi de R\$ 57,5 milhões, frente ao lucro de R\$ 355,8 milhões registrado no 1S24. A variação de 83,8% é explicada, principalmente, pelo efeito extraordinário do Termo Aditivo e Modificativo Coletivo Definitivo nº 01/2024, assinado em janeiro de 2024, que impactou significativamente a base de cálculo de impostos e provisões no 1S24.

Comentário do Desempenho

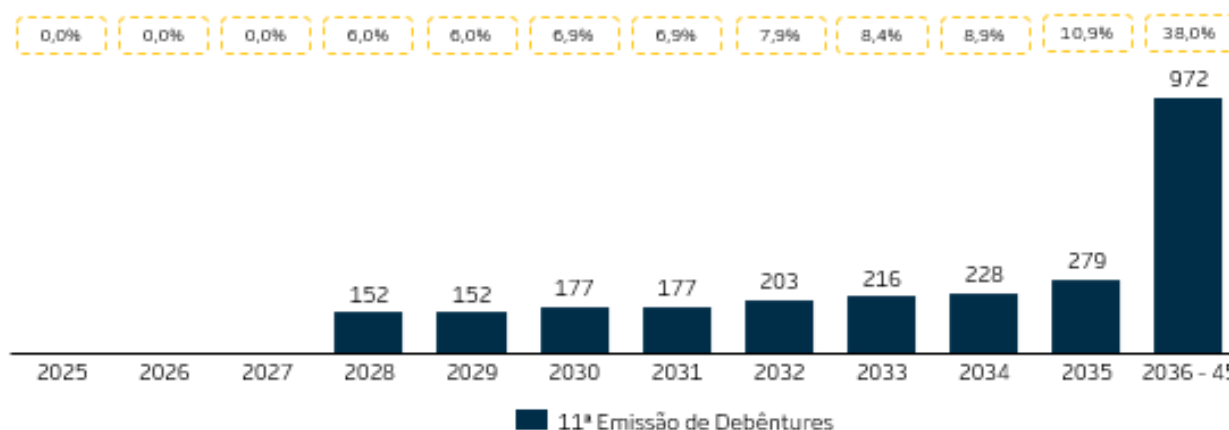


Intervias

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	2T25	1T25	Δ%
Dívida Bruta	2.556.421	2.567.514	(0,4%)
Curto Prazo	13.877	54.839	(74,7%)
Longo Prazo	2.542.544	2.512.675	1,2%
Posição de Caixa	223.148	249.337	(10,5%)
Caixa e equivalentes de caixa	223.148	249.337	(10,5%)
Dívida Líquida	2.333.273	2.318.177	0,7%

No 2T25, a dívida bruta da Intervias totalizou R\$ 2.556,4 milhões, praticamente estável em relação ao 1T25 (-0,4%). A redução de 74,7% na parcela de curto prazo reflete o pagamento de juros realizado em maio, conforme cronograma semestral de amortizações (maio e novembro), característico das obrigações financeiras da Companhia. A dívida de longo prazo apresentou leve crescimento de 1,2%, reforçando o perfil de financiamento de longo prazo. A posição de caixa encerrou o trimestre em R\$ 223,1 milhões (-10,5%), resultando em dívida líquida de R\$2.333,3 milhões (+0,7%), em linha com o plano financeiro e o ciclo de investimentos da Companhia.

Aging da Dívida – junho de 2025

Conforme apresentado no gráfico acima, o cronograma de amortização da dívida bruta da Companhia ocorre, em sua maioria, no longo prazo.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Investimentos	73.242	34.097	114,8%	130.046	69.212	87,9%

No 2T25, os investimentos da Intervias totalizaram R\$ 73,2 milhões, um aumento de R\$ 39,1 milhões em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, os valores somaram R\$ 130,0 milhões, alta de 87,9% frente ao mesmo período do ano anterior. O crescimento reflete, principalmente, o avanço das obras de duplicação da SP-191, no trecho entre os km 52,7 e 70,2.

Comentário do Desempenho



PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2039
Melhorias na Infraestrutura	540.011
Recuperações/Manutenções	2.628.473
Total	3.168.484

*Base Monetária: junho/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 30 de junho de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Interias S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

Araras, 14 de agosto de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Wallace Vinicius dos Santos Merlin
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho



Intervias

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	246.844	213.220	15,8%	463.225	1.272.164	(63,6%)
Receitas de pedágio	198.973	189.578	5,0%	385.988	362.754	6,4%
Receitas de obras	44.253	20.296	118,0%	70.219	24.618	185,2%
Receita de reequilíbrio	-	-	-	-	877.955	(100,0%)
Outras Receitas	3.618	3.346	8,1%	7.018	6.837	2,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(17.372)	(16.568)	4,9%	(33.701)	(31.703)	6,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	229.472	196.652	16,7%	429.524	1.240.461	(65,4%)
CUSTOS E DESPESAS	(112.467)	(80.343)	40,0%	(246.818)	(646.662)	(61,8%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(17.774)	(19.743)	(10,0%)	(37.370)	(38.983)	(4,1%)
Custo dos serv. de construção	(44.253)	(20.296)	118,0%	(70.219)	(24.618)	185,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(8.776)	(7.419)	18,3%	(16.397)	(19.376)	(15,4%)
Remuneração da administração	-	-	-	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(41.804)	(32.963)	26,8%	(123.061)	(563.839)	(78,2%)
Outras receitas operacionais, líquidas	140	78	79,5%	229	154	48,7%
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-
EBITDA	117.005	116.309	0,6%	182.706	593.799	(69,2%)
Margem EBITDA	63,2%	66,0%	(2,8 p.p.)	50,8%	48,8%	2,0 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(25.083)	(22.764)	10,2%	(49.983)	(40.585)	23,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(10.351)	(9.245)	12,0%	(52.512)	(19.537)	168,8%
Receitas financeiras	75.385	39.803	89,4%	140.945	73.262	92,4%
Despesas financeiras	(85.736)	(49.048)	74,8%	(193.457)	(92.799)	108,5%
Variação cambial, líq.	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	81.571	84.300	(3,2%)	80.211	533.677	(85,0%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(24.977)	(27.018)	(7,6%)	(22.692)	(177.905)	(87,2%)
Corrente	(34.797)	(39.887)	(12,8%)	(58.423)	(69.058)	(15,4%)
Diferido	9.820	12.869	(23,7%)	35.731	(108.847)	(132,8%)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	56.594	57.282	(1,2%)	57.519	355.772	(83,8%)

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	2T25	1T25	Δ%
ATIVO	3.689.528	3.623.299	1,8%
CIRCULANTE	274.893	300.826	(8,6%)
Caixa e equivalentes de caixa	114.713	221.351	(6,8%)
Aplicações Financeiras	108.435	27.986	(40,1%)
Contas a receber	48.836	47.197	3,5%
Contas a receber - partes relacionadas	1.358	1.384	(1,9%)
Despesas antecipadas	534	1.214	(56,0%)
Impostos a recuperar	747	1.475	(49,4%)
Outros créditos	270	219	23,3%
NÃO CIRCULANTE	3.414.635	3.322.473	2,8%
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	1.900.653	1.842.251	3,2%
Impostos a recuperar	117.043	107.914	8,5%
Despesas antecipadas	349	396	(11,9%)
Depósitos judiciais	69	69	0,0%
Outras contas a receber	68	68	0,0%
Investimentos	-	-	-
Direito de uso (IFRS 16)	32.369	30.663	5,6%
Imobilizado	7.063	6.994	1,0%
Intangível	1.357.021	1.334.118	1,7%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.689.528	3.623.299	1,8%
CIRCULANTE	340.008	346.669	(1,9%)
Debêntures	13.877	54.839	(74,7%)
Fornecedores	31.396	22.523	39,4%
Risco Sacado	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	4.495	5.623	(20,1%)
Obrigações sociais	6.668	9.182	(27,4%)
Obrigações fiscais	42.680	34.078	25,2%
Contar a pagar - partes relacionadas	6.273	5.489	14,3%
Cauções contratuais	10.856	9.318	16,5%
Credores pela concessão	1.314	1.279	2,7%
Provisão para manutenção em rodovias	203.934	190.083	7,3%
Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	17.044	12.463	36,8%
Outras contas a pagar	1.471	1.792	(17,9%)
NÃO CIRCULANTE	3.041.161	3.019.475	0,7%
Debêntures	2.542.544	2.512.675	1,2%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	31.702	28.714	10,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67.493	77.313	(12,7%)
Provisão para manutenção em rodovias	392.356	393.593	(0,3%)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.066	7.180	(1,6%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	308.359	257.155	19,9%
Capital social	129.625	129.625	0,0%
Reserva legal	25.925	25.925	0,0%
Reserva de lucros	152.809	101.605	50,4%

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 30 de junho de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Sociedade” ou “Intervias”) é uma Sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A. I. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

Em novembro de 2015, a Arteris S.A. transferiu para a Arteris Participações 49% da participação que possui na Intervias. Em 31 de outubro de 2024, a Arteris Participações foi incorporada ao patrimônio da Arteris S.A. Após essa operação, a Arteris S.A. passou a deter 100% das ações da Sociedade.

2. CONCESSÃO

Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024

Em 10 de janeiro de 2024, foi celebrado o "Acordo Definitivo Coletivo" por meio do Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024 entre as concessionárias Intervias, Vianorte S.A., Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., e Autovias S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP (“Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transportes do Estado de São Paulo”).

O Acordo Definitivo Coletivo estabelece, como destaque:

- (i) O encerramento das ações judiciais propostas pelo Poder Concedente, ARTESP, Arteris e pelas concessionárias que discutiam a validade dos TAMs 2006;
- (ii) A preservação, de forma irrevogável e irretatável, do prazo de vigência estabelecido pelo TAM 2006 para a Sociedade; e
- (iii) O encontro de contas relativos aos recálculos dos TAMs 2006 gerou os seguintes valores:

	Créditos (débitos) das Sociedades (a)	Reequilíbrio por meio de extensão do prazo (b)	Créditos (débitos) remanescentes das Sociedades (a + b) (c)	Créditos (débitos) das Sociedades (d)	Créditos (débitos) remanescentes (c + d) (e)
Centrovias	9.782	-	9.782	(1.990.556)	(1.980.774)
Intervias	2.096.312	(877.955)	1.218.357	1.734.556	2.952.913
Autovias	(11.588)	-	(11.588)	(775.102)	(786.691)
Vianorte	4.637	-	4.637	(616.535)	(611.898)
TOTAL	2.099.143	(877.955)	1.221.188	(1.647.637)	(426.449)

Notas Explicativas

- (a) Crédito líquido em favor da Sociedade gerado em razão do encontro de contas relativos aos recálculos do TAM 2006 conforme cláusulas 3.3 a 3.6 do Acordo Definitivo.
- (b) Reequilíbrio mediante extensão de prazo da concessão, sendo mantido o período do TAM 2006 vigente até 18 de janeiro de 2028 e, estabelecido que o respectivo reequilíbrio passe a ser vigente desta data até 31 de dezembro de 2039, nos termos da cláusula 3.7. do Acordo Definitivo e cláusula 7.1.III.a, do Acordo Preliminar firmado em 20 de setembro de 2022, gerando a obrigação de realizar investimentos relacionados à manutenção dos níveis de serviço nos sistemas rodoviários, bem como para a aquisição de veículos, equipamentos e sistemas vinculados à operação. Os valores desses investimentos serão objeto de discussão no decorrer das análises para finalização dos cálculos dos eventos de desequilíbrios.
- (c) Crédito remanescente em favor da Sociedade, conforme cláusula 4.1 inciso IV do Acordo Definitivo.
- (d) Débito decorrente do TAM 01/2024, o qual liquidou todos os débitos e créditos da Intervias, Autovias S.A., Centrovias S.A. e Vianorte S.A., sendo o saldo líquido remanescente sucedido em favor da Intervias.
- (e) Conforme mencionado na cláusula 4.2, o débito remanescente da Sociedade será integralmente quitado quando da conclusão dos cálculos aos eventos de desequilíbrio previstos para ocorrer ao final do ano contratual 28 ou seja, 31 de dezembro de 2028. Não há provisão do débito remanescente uma vez que conforme mencionado no inciso VIII do artigo 1º do TAM 01/2024 existem desequilíbrios pendentes de apuração de valores, que após apurados, a estimativa da Administração e conforme consta na cláusula 4.2, é que sejam superiores ao débito remanescente. Sendo as obras previstas no referido acordo, em seu anexo II, referente à melhoramentos e ampliação da capacidade da rodovia.

Em decorrência do Acordo Definitivo Coletivo, no exercício de 2024 a Sociedade registrou em seu resultado, na constituição inicial na assinatura do acordo, o montante de R\$877.955 na rubrica de receita de reequilíbrio, vide nota explicativa n.º 20, o montante de R\$463.710 na rubrica de provisão de manutenção, referente aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias, vide nota explicativa nº 18 e o montante de R\$140.843 de impostos diferidos.

Para finalização dos cálculos dos eventos de desequilíbrios a ARTESP criará um grupo de trabalho com representantes de cada diretoria da ARTESP e com a participação de representantes das concessionárias.

No trimestre de 1 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 (“trimestre”), e no período de 1 de janeiro de 2025 a 30 de junho de 2025 (“período”), não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais *IAS 34 Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)* e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as

Notas Explicativas

políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	30.06.2025	31.12.2024
Caixa e contas bancárias	1.991	2.112
Aplicações financeiras (a)	112.722	156.299
Total	114.713	158.411
<u>Aplicações financeiras</u>	30.06.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos (b)	108.435	28.655
Total	108.435	28.655

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,01% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,7% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over, LFT-Over e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	30.06.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	48.074	-	39.794	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	139	-
Cartões de pedágio a receber (b)	125	-	127	-
Receitas acessórias a receber (c)	632	68	142	44
Outras receitas a receber	5	-	6	-
Total	48.836	68	40.208	44

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(c) Valores a receber de receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Cronograma de recebimento:

Notas Explicativas

	30.06.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	48.836	68	40.208	44
	48.836	68	40.208	44

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas informações contábeis intermediárias do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.571	80.211	84.300	533.677
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(27.734)	(27.272)	(28.662)	(181.450)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	1.832	3.552	1.688	3.426
Outras diferenças permanentes	925	1.028	(44)	119
Total	(24.977)	(22.692)	(27.018)	(177.905)
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>				
Correntes	(34.797)	(58.423)	(39.887)	(69.058)
Diferido	9.820	35.731	12.869	(108.847)
	(24.977)	(22.692)	(27.018)	(177.905)
Alíquota efetiva de impostos	(31%)	(28%)	(32%)	(33%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	30.06.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	1.136	2.394
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	7.066	6.830
Outras provisões	268	144
Provisão para manutenção de rodovias (b)	596.290	522.784
Arrendamentos	3.828	3.474
Tributos - Exigibilidade Suspensa	4.155	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	612.743	535.626
Alíquota nominal	34%	34%
Total	208.333	182.113

Notas Explicativas

	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	30.06.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Direito de concessão incorporado (c)	(4.849)	(5.016)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (d)	(23.317)	(23.317)
Estorno de capitalização de juros (d)	16.727	16.500
Direito de exploração - reequilíbrio (e)	(799.813)	(827.392)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(811.252)	(839.225)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(275.826)	(285.337)
Total do imposto de renda e contribuição social (passivo) ativo	(67.493)	(103.224)

Movimentos de resultados representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Provisão de participação nos lucros	(1.875)	(1.258)	(1.336)	(1.314)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	(114)	236	(1.293)	(2.955)
Direito de concessão incorporado (c)	83	167	83	167
Outras provisões/(reversões)	(38)	124	33	(117)
Provisão para manutenção de rodovias (b)	12.614	73.506	26.298	538.501
Arrendamentos	154	354	161	324
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	113	227	114	227
Direito de exploração - reequilíbrio (e)	13.789	27.579	13.790	(854.972)
Tributos - Exigibilidade Suspensa	4.155	4.155	-	-
Base de cálculo diferenças temporárias	28.881	105.090	37.850	(320.139)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	9.820	35.731	12.869	(108.847)
Total do imposto de renda e contribuição social	9.820	35.731	12.869	(108.847)

(a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Refere-se aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente, em decorrência dos efeitos mencionados na nota explicativa nº 2.

(c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% a.a. fiscalmente, e pelo prazo da concessão contabilmente.

(d) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

(e) Refere-se ao valor do direito de exploração, líquido da amortização acumulada, dos créditos remanescentes do Acordo Definitivo, em decorrência dos efeitos divulgados nas notas explicativas nº 2 e nº 10.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação da totalidade dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Passivo não circulante</u>
2025	7.789
2026	15.781
2027	15.395
2028	15.040
Após 2028	(121.498)
	(67.493)

Notas Explicativas

8. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2024	9.789	1.285	1.620	7.000	-	28.670	48.364
Remensurações	727	36	12	-	-	1.377	2.152
Adições	-	3.649	1.390	-	-	-	5.039
Baixas	-	(1.321)	(1.603)	-	-	-	(2.924)
Saldo em 30.06.2025	10.516	3.649	1.419	7.000	-	30.047	52.631
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(7.852)	(1.182)	(1.551)	(2.871)	-	(4.529)	(17.985)
Amortização	(1.119)	(231)	(444)	(2.753)	-	(654)	(5.201)
Baixas	-	1.321	1.603	-	-	-	2.924
Saldo em 30.06.2025	(8.971)	(92)	(392)	(5.624)	-	(5.183)	(20.262)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	1.937	103	69	4.129	-	24.141	30.379
Saldo em 30.06.2025	1.545	3.557	1.027	1.376	-	24.864	32.369
Taxas de depreciação - a.a.	19%	15%	38%	32%		11%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2023	9.789	1.080	1.017	1.159	55	28.653	41.753
Remensurações	-	-	231	983	11	-	1.225
Saldo em 30.06.2024	9.789	1.080	1.248	2.142	66	28.653	42.978
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(5.740)	(790)	(909)	(1.037)	(42)	(3.298)	(11.816)
Amortização	(1.056)	(193)	(224)	(683)	(15)	(615)	(2.786)
Saldo em 30.06.2024	(6.796)	(983)	(1.133)	(1.720)	(57)	(3.913)	(14.602)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	4.049	290	108	122	13	25.355	29.937
Saldo em 30.06.2024	2.993	97	115	422	9	24.740	28.376
Taxas de depreciação - a.a.	22%	36%	36%	64%	45%	4%	

- (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se à locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se à locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se à locação de sede administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.327	9.072	1.162	2.371	3.634	17.566
Adições	24	24	-	832	79	959
Saldo em 30.06.2025	1.351	9.096	1.162	3.203	3.713	18.525
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.239)	(6.706)	(156)	(585)	(2.049)	(10.735)
Depreciação	(10)	(368)	(34)	(167)	(148)	(727)
Saldo em 30.06.2025	(1.249)	(7.074)	(190)	(752)	(2.197)	(11.462)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	88	2.366	1.006	1.786	1.585	6.831
Saldo em 30.06.2025	102	2.022	972	2.451	1.516	7.063
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	6%	11%	13%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.996	8.656	1.144	1.060	3.312	16.168
Adições	-	56	18	296	1	371
Transferências/reclassificações	(689)	1	-	370	318	-
Saldo em 30.06.2024	1.307	8.713	1.162	1.726	3.631	16.539
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(1.276)	(5.982)	(89)	(354)	(1.684)	(9.385)
Depreciação	(16)	(360)	(34)	(106)	(149)	(665)
Transferências/reclassificações	69	-	-	-	(69)	-
Saldo em 30.06.2024	(1.223)	(6.342)	(123)	(460)	(1.902)	(10.050)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	720	2.674	1.055	706	1.628	6.783
Saldo em 30.06.2024	84	2.371	1.039	1.266	1.729	6.489
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	6%	11%	10%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Total do intangível	Infraestrutura em construção (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2024	1.371.019	28.434	60.152	877.955	8.284	2.345.844	39.302	2.385.146
Adições	25.556	-	-	-	795	26.351	44.662	71.013
Saldo em 30.06.2025	1.396.575	28.434	60.152	877.955	9.079	2.372.195	83.964	2.456.159
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2024	(920.748)	(23.906)	(54.517)	(50.563)	(5.349)	(1.055.083)	-	(1.055.083)
Amortização	(15.448)	(151)	(213)	(27.580)	(663)	(44.055)	-	(44.055)
Saldo em 30.06.2025	(936.196)	(24.057)	(54.730)	(78.143)	(6.012)	(1.099.138)	-	(1.099.138)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2024	450.271	4.528	5.635	827.392	2.935	1.290.761	39.302	1.330.063
Saldo em 30.06.2025	460.379	4.377	5.422	799.812	3.067	1.273.057	83.964	1.357.021
Taxas de amortização-a.a.(f)	4%	4%	2%	6%	16%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração	Software	Total do intangível	Infraestrutura em construção (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2023	1.315.916	28.434	60.152	-	7.001	1.411.503	11.979	1.423.482
Adições	8.978	-	-	877.955	659	887.592	15.639	903.231
Saldo em 30.06.2024	1.324.894	28.434	60.152	877.955	7.660	2.299.095	27.618	2.326.713
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2023	(892.317)	(23.605)	(54.086)	-	(4.059)	(974.067)	-	(974.067)
Amortização	(13.152)	(151)	(214)	(22.983)	(634)	(37.134)	-	(37.134)
Transferências/reclassificações	4	-	(4)	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2024	(905.465)	(23.756)	(54.304)	(22.983)	(4.693)	(1.011.201)	-	(1.011.201)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2023	423.599	4.829	6.066	-	2.942	437.436	11.979	449.415
Saldo em 30.06.2024	419.429	4.678	5.848	854.972	2.967	1.287.894	27.618	1.315.512
Taxas de amortização-a.a.(f)	4%	2%	3%	6%	11%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão. Após a assinatura do TAM 01/2024 a amortização foi adequada ao novo prazo de concessão para 31 de dezembro de 2039.
- (d) Créditos remanescentes do Acordo Definitivo que prorrogou o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2039, conforme mencionado na nota explicativa nº 2. A amortização está sendo reconhecida a partir da assinatura do TAM 01/2024 até o final do novo prazo de concessão refletindo as demais adequações de amortização dos intangíveis da Sociedade.
- (e) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas, implantação de terceira faixa na rodovia SP-215 no trecho do km 105+420 ao km 108+740, serviços de desapropriação e meio ambiente referentes a duplicação da SP-191, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

Notas Explicativas

11. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimentos	30.06.2025	31.12.2024
11ª emissão - Série única	2.500.000	IPCA + 6,87% a.a.	mai-38	2.656.103	2.575.125
				2.656.103	2.575.125
			Custo de transação	(99.682)	(103.200)
			Total	2.556.421	2.471.925
			Circulante	13.877	11.895
			Não circulante	2.542.544	2.460.030
			Total	2.556.421	2.471.925

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	19.607	2.555.518	2.575.125	379.382	726.768	1.106.150
Captações/Renovações	-	-	-	1.100.000	2.500.000	3.600.000
Juros e variações monetárias provisionados	86.367	78.972	165.339	64.481	7.413	71.894
Amortização de principal	-	-	-	(2.190.263)	-	(2.190.263)
Pagamento de juros	(84.361)	-	(84.361)	(79.865)	-	(79.865)
Transferências	-	-	-	731.547	(731.547)	-
	21.613	2.634.490	2.656.103	5.282	2.502.634	2.507.916
Custo de transação	(7.736)	(91.946)	(99.682)	(7.854)	(97.189)	(105.043)
Saldo final	13.877	2.542.544	2.556.421	(2.572)	2.405.445	2.402.873

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor integralização
11ª emissão - Série única	27.05.2024	2.500.000	1	18.06.2024	2.500.000
		2.500.000			2.500.000

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2028	160.819
2029	161.562
Após 2029	2.312.109
	2.634.490

Em 9 de maio de 2024, a Sociedade encerrou a oferta da 10ª emissão de debêntures no total de R\$1.100.000. Essa emissão exerceu o papel de empréstimo ponte para liquidar as 5ª, 7ª, e 8ª emissões, e foi liquidada em 14 de junho de 2024 com a 11ª emissão, emitida em 27 de maio de 2024.

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 11ª emissão de debêntures

Em conformidade com a escritura de emissão de debêntures da Intervias, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da Sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

Notas Explicativas

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) *EBITDA* Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.
- (v) Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.
- (b) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/*EBITDA* Ajustado) – Índice de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e *EBITDA* Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- Até 31.12.2027 (inclusive): ≤ 4,50
- 01.01.2028 a 31.12.2029 (inclusive): ≤ 4,00
- 01.01.2030 a 31.12.2031 (inclusive): ≤ 3,50
- 01.01.2032 a 31.12.2032 (inclusive): ≤ 3,00
- 01.01.2033 a 31.12.2033 (inclusive): ≤ 2,50
- 01.01.2034 a 31.12.2034 (inclusive): ≤ 2,00
- 01.01.2035 a 31.12.2035 (inclusive): ≤ 1,50
- 01.01.2036 até a Data de Vencimento das Debêntures: ≤ 1,00

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida” a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos, conforme aplicável, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas, conforme aplicável, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, conforme aplicável, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, conforme aplicável, considerar-se-ão como dívida;
- considera-se como “*EBITDA* Ajustado” o lucro (prejuízo) líquido da Emissora antes do imposto sobre a renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com Provisão Para Desvalorização de Ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (d) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; e
- considera-se como “Provisão Para Desvalorização de Ativos” os ajustes realizados para refletir a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*).

Notas Explicativas

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas informações contábeis intermediárias a ser apresentado pois em 30 de junho de 2025 e 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* financeiros de suas debêntures em 30 de junho de 2025 e 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

12. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$31.396 (R\$24.785 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$10.856 (R\$8.441 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenções que pode variar de 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados de acordo com o negociado com o prestador em cada contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	6.993	26.859	33.852	3.260	29.564	32.824
Remensurações	793	1.359	2.152	1.225	-	1.225
Adições/(Reversões)	997	4.042	5.039	-	-	-
Utilizações (*)	(6.843)	-	(6.843)	(4.121)	-	(4.121)
Ajuste a valor presente - AVP	1.997	-	1.997	1.661	-	1.661
Transferências	558	(558)	-	1.434	(1.434)	-
	4.495	31.702	36.197	3.459	28.130	31.589

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$5.679 (R\$3.409 em 30 de junho de 2024).

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2026	1.421
2027	1.214
2028	1.137
2029	1.288
Após 2029	26.642
	31.702

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de junho de 2025 são respectivamente R\$113 e R\$520 para PIS e Cofins (R\$68 e R\$313, respectivamente, em 30 de junho de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de junho de 2025 a taxa média é de 11,8% a.a. (9,4% a.a. em 30 de junho de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures privadas para capital de giro.

Notas Explicativas

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2025 e 2024 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	-	30
Autovias S.A. (a)	612	612
Centrovias S.A. (a)	395	395
Vianorte S.A. (a)	351	351
Contas a receber de partes relacionadas circulante	1.358	1.388
Total parte relacionada no ativo circulante	1.358	1.388
<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Debêntures a receber:		
Arteris S.A.- controladora (b)	1.900.653	1.793.233
Empréstimos a receber de partes relacionadas não circulante	1.900.653	1.793.233
Total do ativo não circulante	1.900.653	1.793.233
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	6.101	4.497
ViaPaulista S.A. (a)	172	261
Passivos com partes relacionadas circulante	6.273	4.758
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora (c)	17.044	8.164
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	17.044	8.164

Ativos Circulante e Não Circulante	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	1.793.233	1.793.233	-	950.093	950.093
Captações/Liberação	-	-	-	-	700.000	700.000
Juros provisionados	-	126.558	126.558	-	64.261	64.261
Imposto de renda retido na fonte	-	(19.138)	(19.138)	-	(9.821)	(9.821)
Saldo final	-	1.900.653	1.900.653	-	1.704.533	1.704.533

<u>Contas de Resultado:</u>	30.06.2025		30.06.2024	
<u>Despesas gerais (a)</u>	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(6.540)	(11.846)	(4.923)	(8.936)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
ViaPaulista S.A.	(233)	(456)	(113)	(261)
Total	(6.773)	(12.302)	(5.036)	(9.197)

<u>Contas de Resultado:</u>	30.06.2025		30.06.2024	
<u>Receitas financeiras líquidas (b)</u>	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	67.530	126.558	33.377	64.261
Total	67.530	126.558	33.377	64.261

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da holding, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de

Notas Explicativas

suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Refere-se a instrumento particular de escritura da 4ª, 6ª, 8ª, 10ª e 16ª emissões de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do *spread* variando de 1,0% a 2,0% a.a., com vencimento do principal e juros conforme quadro abaixo:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2025		31.12.2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	31.12.2028	CDI + 2,0% a.a.	226.410	372.684	226.410	337.365
02.08.2018	31.12.2028	CDI + 1,2% a.a.	100.000	75.487	100.000	65.457
14.11.2018	31.12.2028	CDI + 1,2% a.a.	40.000	28.835	40.000	24.908
21.10.2019	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	23.373	6.259	23.373	4.523
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	50.000	30.121	50.000	25.418
26.01.2021	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	63.116	32.210	63.116	26.722
20.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	50.000	25.496	50.000	21.246
18.06.2024	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	700.000	76.662	700.000	34.695
			1.252.899	647.754	1.252.899	540.334
			1.900.653		1.793.233	

(c) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 19.

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$3.070 (R\$2.117 em 30 de junho de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais houve uma reversão de R\$116 (despesa de encargos R\$674 em 30 de junho de 2024), relativos à diretoria da Sociedade e R\$3.186 (R\$1.443 em 30 de junho de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual para o exercício de 2025 sem encargos em até R\$1.571 (R\$2.350 para o exercício de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.136 e R\$2.394.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Notas Explicativas

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	30.06.2025	31.12.2024
Imposto de renda - IRPJ	21.493	15.152
Contribuição social - CSLL	8.919	6.375
	30.412	21.527
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	903	676
Programa de integração social - PIS	1.157	1.006
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.338	4.641
Tributos federais retidos	740	796
	8.138	7.119
Impostos sobre serviços - ISS	4.130	3.714
	4.130	3.714
Total obrigações fiscais	12.268	10.833
Total	42.680	32.360

17. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000 e a última em janeiro de 2020. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente / Valor real	
	30.06.2025	31.12.2024
Circulante		
Parcela variável (a/b)	1.314	1.224
Total	1.314	1.224

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio e acessórias mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

(b) Valor variável complementar correspondente a 22% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de junho de 2025 ao Poder Concedente foi de R\$7.496 (R\$7.045 em 30 de junho de 2024) referente às parcelas variáveis.

18. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2025
Cíveis	1.199	1.769	(727)	(884)	40	1.397
Trabalhistas	320	693	(583)	32	2	464
Regulatórios	5.311	608	(492)	(381)	159	5.205
Total	6.830	3.070	(1.802)	(1.233)	201	7.066

Notas Explicativas

	<u>31.12.2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>30.06.2024</u>
Cíveis	1.743	1.773	(1.209)	(1.067)	37	1.277
Trabalhistas	533	1.371	(672)	(793)	3	442
Regulatórios	11.216	10.464	(5.136)	(7.846)	120	8.818
Total	13.492	13.608	(7.017)	(9.706)	160	10.537

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras da Sociedade. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos judiciais relativos a ARTESP. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

<u>Possíveis</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Cíveis	3.102	3.036
Trabalhistas	549	183
Regulatórios	141	176
Fiscais	3.521	3.397
Total	7.313	6.792

Os processos regulatórios foram incluídos no âmbito das negociações da fase II do TAM 01/2024 assinado em 10 de janeiro de 2024, conforme inciso II do art. 2º da Resolução SPI nº 001/2024. Dessa forma tais processos, de prognósticos prováveis e possíveis, foram alterados para remoto.

Os depósitos judiciais no montante de R\$69 em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,21% a.a. em 30 de junho de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão, o ciclo é de 6 anos.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2024	212.615	310.169	522.784
Adições/Reversões	3.573	119.488	123.061
Utilizações	(70.250)	-	(70.250)
Ajuste a valor presente	7.325	13.370	20.695
Transferências	50.671	(50.671)	-
Saldo em 30.06.2025	203.934	392.356	596.290

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2023	74	-	74
Adições/Reversões	170.240	393.599	563.839
Utilizações	(40.904)	-	(40.904)
Ajuste a valor presente	5.629	9.937	15.566
Transferências	93.315	(93.315)	-
Saldo em 30.06.2024	228.354	310.221	538.575

No período findo em 30 de junho de 2025 a Sociedade provisionou R\$123.061 referente aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente mencionado na nota explicativa n.º 2 (R\$563.839 em 30 de junho de 2024, sendo R\$463.710 da constituição inicial na assinatura do acordo e R\$100.129 de provisão recorrente no decorrer do período).

Notas Explicativas

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025 referentes às manutenções realizadas foram de R\$66.088 (R\$36.344 em 30 de junho de 2024).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$129.625, composto por 4.763.110 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e Retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade reconheceu a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$10.447, que serão considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório, o qual incide Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, conforme segue:

Aprovação	Período	Pagamento	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
AGE 31.03.2025	1º Trimestre 2025	(*)	5.057	758	4.299
AGE 30.06.2025	2º Trimestre 2025	(*)	5.390	809	4.581
			10.447	1.567	8.880

(*) Saldos líquidos no período findo em 30 de junho de 2025 ainda não pagos no montante de R\$17.044 (R\$8.164 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 14 e 23.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	198.973	385.988	189.578	362.754
Receita de serviços de construção	44.253	70.219	20.296	24.618
Receita de reequilíbrio (*)	-	-	-	877.955
Outras receitas	3.618	7.018	3.346	6.837
Receita bruta	246.844	463.225	213.220	1.272.164

Notas Explicativas

ISSQN	(9.951)	(19.304)	(9.483)	(18.148)
PIS	(1.317)	(2.554)	(1.254)	(2.402)
COFINS	(6.077)	(11.789)	(5.786)	(11.085)
Outras deduções	(27)	(54)	(45)	(68)
Receita líquida	229.472	429.524	196.652	1.240.461

(*) Receita registrada no período findo em 30 de junho de 2024 referente aos créditos remanescentes do Acordo Definitivo firmado com o Poder Concedente conforme mencionado na nota explicativa nº 2 e 18.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(6.363)	(14.049)	(6.579)	(12.564)
Serviços de terceiros	(2.442)	(5.015)	(2.615)	(5.230)
Conservação	(2.301)	(5.060)	(3.881)	(8.147)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(240)	(463)	(216)	(424)
Consumo	(381)	(811)	(401)	(967)
Transportes	(1.287)	(2.659)	(1.426)	(2.628)
Seguros / Garantias	(821)	(1.657)	(873)	(1.747)
Ônus variável	(3.897)	(7.586)	(3.682)	(7.144)
Provisão de manutenção em rodovias (*)	(41.804)	(123.061)	(32.963)	(563.839)
Custos de serviços da construção	(44.253)	(70.219)	(20.296)	(24.618)
Depreciação / Amortização	(10.221)	(20.275)	(7.971)	(15.602)
Amortização da Outorga	(13.866)	(27.731)	(13.865)	(23.134)
Outros	(42)	(70)	(70)	(132)
Total	(127.918)	(278.656)	(94.838)	(666.176)

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(6.099)	(10.990)	(4.442)	(8.517)
Serviços de terceiros	(690)	(1.351)	(843)	(1.533)
Manutenção de bens e conservação	(692)	(1.337)	(667)	(1.058)
Consumo	(333)	(692)	(327)	(736)
Transportes	(16)	(35)	(19)	(42)
Seguros/Garantias	(16)	(22)	(11)	(14)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(712)	(1.268)	(589)	(6.591)
Comunicação e marketing	(59)	(139)	(91)	(140)
Indenizações à terceiros	169	64	(134)	(200)
Publicações legais	(138)	(140)	(144)	(147)
Depreciação / Amortização	(996)	(1.977)	(928)	(1.849)
Outros	(190)	(487)	(152)	(398)
Total	(9.772)	(18.374)	(8.347)	(21.225)

(*) Provisão referente aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e nº 18.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	67.530	126.558	33.377	64.261
Aplicações financeiras	7.853	14.382	6.426	8.994
Créditos fiscais	-	2	-	1
Outras receitas	2	3	-	6
Total	75.385	140.945	39.803	73.262

Notas Explicativas

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(71.487)	(165.339)	(37.750)	(71.894)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(11.446)	(22.692)	(8.558)	(17.227)
Outras despesas	(2.803)	(5.426)	(2.740)	(3.678)
Total	(85.736)	(193.457)	(49.048)	(92.799)

(*) Encargos financeiros juros incorridos sobre os saldos a pagar das Debêntures de 5ª, 7ª, 8ª e 11ª emissão durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024.

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2025	30.06.2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (b)	71.013	903.231
Total das adições de imobilizado (a)	959	371
	71.972	903.602
Aquisição (adições)	(71.972)	(903.602)
Fornecedores	5.384	(8.073)
Direito de exploração (c)	-	877.955
Obrigações fiscais	(267)	(921)
Contas a pagar - partes relacionadas	218	668
Cauções contratuais	2.679	1.105
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível	(63.958)	(32.868)
Fluxo de caixa Imobilizado	(959)	(371)
Fluxo de caixa Intangível	(62.999)	(32.497)
Total dos Fluxos de caixa de Imobilizado e Intangível	(63.958)	(32.868)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar do período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção.	8.014	(7.221)
	30.06.2025	30.06.2024
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	8.880	8.566

(a) Vide nota explicativa nº 9.

(b) Vide nota explicativa nº 10.

(c) Créditos remanescentes do Acordo Definitivo, entre a controlada Intervias e ARTESP, que prorrogou o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2039, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Lucro líquido do período	56.594	57.519	57.282	355.772
Número de ações durante período	4.763	4.763	4.763	4.763
Lucro por ação	11,8820	12,0762	12,0265	74,6949

Notas Explicativas

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

			30.06.2025		31.12.2024	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	114.713	114.713	158.411	158.411
Aplicações financeiras	N/A	2	108.435	108.435	28.655	28.655
Contas a receber clientes	N/A	2	48.836	48.836	40.208	40.208
Contas a receber e outros recebíveis - partes relacionadas	N/A	2	1.358	1.358	1.388	1.388
Debêntures a receber - partes relacionadas	N/A	2	1.900.653	1.900.653	1.793.233	1.793.233
Outros créditos	N/A	2	338	338	221	221
			2.174.333	2.174.333	2.022.116	2.022.116
Passivo						
Debêntures (a)	N/A	2	2.656.103	2.586.284	2.575.125	2.403.402
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	42.252	42.252	33.226	33.226
Credores pela concessão	N/A	2	1.314	1.314	1.224	1.224
Outras contas a pagar	N/A	2	1.471	1.471	2.388	2.388
			2.701.140	2.631.321	2.611.963	2.440.240

a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

As debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Notas Explicativas

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado tais como taxas de juros que irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 30 de junho de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumento de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos e debêntures sujeitos a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%
Receita de aplicações financeiras	27.700	34.626	41.551
Receita financeira de mútuo e Debêntures privadas (*)	264.319	324.030	383.740
Juros a incorrer CDI líquido (*)	292.019	358.656	425.291
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%
Juros a incorrer - Debêntures	(298.492)	(329.227)	(359.962)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(298.492)	(329.227)	(359.962)
Juros a incorrer líquido no resultado	(6.473)	29.429	65.329

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 27 de junho de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade prevê interromper a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de junho de 2025, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$48.074 (R\$39.794 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais Meios de Pagamentos Ltda, Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Veloe - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., Cielo S.A., Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A. e Auto Expresso - DBTRANS S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Notas Explicativas

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Para o período findo em 30 de junho de 2025, o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$65.115 (R\$90.524 em 31 de dezembro de 2024).

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	11,84%	36.197	79.324	2.329	6.667	4.852	4.367	61.109
Debêntures - IPCA (b)	11,67%	2.656.103	4.338.046	-	180.810	-	1.101.906	3.055.330
Fornecedores e cauções contratuais	-	42.252	42.252	39.473	2.779	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	6.273	6.273	6.273	-	-	-	-
Credores pela concessão	-	1.314	1.314	1.314	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	1.471	1.471	1.471	-	-	-	-
		2.743.610	4.468.680	50.860	190.256	4.852	1.106.273	3.116.439

- (a) Média ponderada efetiva % a.a.
- (b) Valor bruto dos custos de transação.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a

Notas Explicativas

cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de junho de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	40.899
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	301.617

(*) Por sinistro

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Aos Administradores e Acionistas da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de fevereiro de 2025. Os valores correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 31 de julho de 2024, sem modificações.

Campinas, 13 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Wallace Vinicius dos Santos Merlin - Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Walace Vinicius dos Santos Merlin - Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia